

ZEMA, RESPEITE A CEMIG E A CATEGORIA ELETRICITÁRIA DE MINAS GERAIS!

EDITORIAL

No dia 23 de maio a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) promoveu, em Belo Horizonte, evento comemorativo pelo Dia da Indústria. No local, o governador Romeu Zema tratou de atacar, mais uma vez, a Cemig.

“Nos últimos anos, eu gosto de mencionar, a nossa empresa de energia elétrica, a Cemig, serviu mais como um entrave ao desenvolvimento, do que agente propulsor”, disse. Crítico contumaz da maior empresa pública de Minas, Zema não costuma ser tão contundente contra a iniciativa privada. Recordemos.

Em 12 de fevereiro, durante encontro com 35 dos 53 deputados federais mineiros, após os parlamentares cobrarem rigorosa punição à Vale pelo crime em Brumadinho, Zema defendeu a empresa e classificou o episódio como um “incidente”¹.

E não parou por aí. O governador ainda criticou o Ministério Público (MP) por cobrar auxílio financeiro imediato às vítimas do rompimento da barragem. “A Promotoria Pública tem, de certa maneira, forçado a Vale a ficar pagando uma bolsa auxílio, o que parece não fazer sentido”², afirmou.

A discrepância entre os posicionamentos é sintomática. Ao desqualificar publicamente a empresa que administra,



Foto: Sebastião Junior/Fiemg - Arte: Sindieletro

além de atacar os próprios interesses do Estado, Zema mostra profundo desconhecimento sobre a Cemig e o povo que deveria representar.

Isso, para um governador, é sem dúvida “novo”. É preocupante. Nesse contexto, tentaremos esclarecer alguns pontos para o “administrador”.

No quesito financeiro, a Cemig contribui forte e ativamente para os cofres públicos por meio dos dividendos anuais distribuídos. Só em 2018, o lucro líquido consolidado da empresa atingiu R\$ 1,7 bilhão. Atualmente, a estatal mineira repassa 50% desse valor para os acionistas.

Em outros períodos, esse valor foi ainda maior. E, caso Zema não acredite, grande parte dos problemas que a Cemig enfrenta hoje nasceram ali: na gestão. De 2011 a 2014, por exemplo, sob a batuta da dobradinha Aécio/Anastasia, a Cemig lucrou R\$ 12,04 bilhões e distribuiu, em

dividendos, R\$ 12,06 bilhões. Isso mesmo: zero para o caixa da empresa e mais do que lucro apurado para o bolso dos acionistas.

Naquele mesmo período, a Diretoria de Novos Negócios da estatal estava nas mãos da Andrade Gutierrez (AG) e a Cemig optou por fazer aquisições e investimentos com dinheiro emprestado no mercado, como no caso da Light e da Usina de Santo Antônio, entre outros.

Era a “gestão privada” da AG na Cemig ditando os rumos e definindo as políticas da

O que Zema não entende é que a classe trabalhadora, o povo mineiro e a sociedade civil organizada não aceitarão calados às propostas entreguistas do seu governo.

Companhia, enquanto o Estado, mesmo sendo acionista majoritário, abdicava do seu poder decisório.

O advogado Luiz Tito, em coluna publicada no jornal O Tempo do dia 28, fez um resgate do que significa a Cemig para Minas Gerais. No texto “Não se vende uma história”, ele destacou que, ao contrário do que afirma Zema, a Cemig é uma importante matriz do nosso desenvolvimento.

Tito destacou que, com o apoio da Cemig, “se viabilizaram grandes investimentos industriais, como a Fiat, Usiminas, Belgo, Mannesman”. Também destacou que a Cemig é fundamental na eletrificação rural, interiorização da energia, no desenvolvimento de novas tecnologias e grande formadora de quadros técnicos, entre outros pontos.

O Sindieletro, no entanto, vai além. A nossa empresa, aquela concebida por Juscelino Kubitschek em 1952, também é responsável por levar dignidade e cidadania a milhares de pessoas através do Luz para Todos e da Tarifa Social, entre outros programas para o povo mineiro.

Sabemos que existem problemas na empresa e por isso lutamos, há décadas, pelas melhorias necessárias para o crescimento da Cemig como empresa pública fortalecida, geradora de empregos e serviços de qualidade.

E temos conhecimento, também, de que o ataque do

governador não é desmedido. É para criar as bases para a privatização da Cemig, dentro do Regime de Recuperação Fiscal que virou obsessão – ou imposição federal – a um governo estadual submisso e achacado perante a União.

O que Zema não entende é que a classe trabalhadora, o povo mineiro e a sociedade civil organizada não aceitarão, calados, as propostas entreguistas do seu governo. Minas não está à venda, governador! Pare de fazer campanha contra seu próprio Estado e dialogue com o povo, com os trabalhadores e trabalhadoras, com o parlamento.

Não se viu, até hoje, o governo falar uma linha sequer sobre o encontro de contas entre Minas e o Governo Federal na lei Kandir, medida que pode resolver os problemas fiscais do Estado.

Minas merece um governo Estadual forte e independente. Não uma sucursal submissa às propostas de Bolsonaro.

NÃO VALE



PRIVATIZAR!

**SE VENDER A CEMIG,
QUEM PAGA A CONTA É VOCÊ!**

Privatização não resolve e só ajuste com crescimento tira Minas do abismo

Em audiência pública ficou claro que é a revogação da lei Kandir e não o ajuste recessivo, como defendem governo Federal e Romeu Zema, que pode salvar os estados

Nem enxugar a máquina, nem reduzir os serviços essenciais e tampouco destruir a previdência ou privatizar estatais que dão lucro para o Estado. O que deve tirar Minas Gerais da crise e promover a volta do crescimento econômico é outro tipo de ajuste fiscal.

Essa foi a conclusão a que chegaram especialistas reunidos no último dia 24, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), durante a audiência da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Professores, deputados, representantes sindicais e o secretário da Fazenda do Pará, René de Oliveira, discutiram alternativas para enfrentar o problema e citaram medidas mais criativas e eficazes que os cortes anunciados por governos.

A reunião foi um pedido da deputada Marília Campos (PT) e do deputado Glaycon Franco (PV).

Impulso para agronegócio e desindustrialização

Segundo dados oficiais, de 1996 até 2017, os estados brasileiros, o Distrito Federal e os municípios perderam R\$ 636,9 bilhões com a Lei Kandir. Nesse período, o percentual médio de ressarcimento das desonerações foi de apenas 21,6%. Na prática, o agronegócio foi favorecido, mas houve desindustrialização.

O secretário da Fazenda do

Uma das pautas discutidas foi a lei Kandir, que, desde 1996, força estados a isentarem de ICMS as exportações de produtos primários, como o minério.

O professor da UFMG e membro do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), João Romero Prates, defendeu o aumento de impostos para os mais ricos, como o tributo sobre heranças, e o fim da isenção do ICMS prevista na Lei Kandir, para aumentar as receitas.

Ele disse que é um equívoco o discurso dos governos de comparar o estado com a economia familiar. “Um Estado é diferente de uma família. Nos governos, toda vez que se corta gasto, deprime-se a economia. Seria o mesmo que uma pessoa que, toda vez que economizasse, tivesse seu salário reduzido”, explica.

Pará, René de Oliveira de Sousa, revelou que há cinco anos o Estado protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando a não regulamentação das compensações.

Em 2016, O STF determinou para o Congresso o prazo de um ano para intervir na situação. E, caso o legislativo não agisse, ca-



Economistas, deputados e entidades debatem alternativas reais para dívidas dos Estados e a necessidade de mobilização contra a captura de recursos pela União.

beria ao Tribunal de Contas da União fixar o montante anual a ser transferido às unidades da federação e os critérios para rateio entre elas. Em março de 2019, o Tribunal reabriu o prazo, concedendo mais um ano ao Congresso.

ESTADOS AOS PEDAÇOS

O professor de Direito Público da UFMG, Onofre Alves Batista Júnior, considera que a Lei Kandir e os impostos sobre consumo compõem uma estratégia da União de favorecer a exportação e desmontar estados com a invasão de competências. Ele lembra que o SUS, quando lançado, em 1988, era custeado pelo governo federal em

80%. Com o tempo, a participação federal foi caindo e hoje a União paga menos de 40% do custo do SUS. O restante ficou para estados e municípios.

Onofre avalia que a sobrecarga dos estados se agravou quando Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei Kandir. “Matou-se a base tributária dos Estados, que se endividaram muito a partir do sistema de captura de receita montado”, explicou. E a situação piorou com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que permite reter parte dos impostos dos estados. “As pessoas vivem é nos estados e todos devem se juntar na briga para mais repasse de recursos da União”, defendeu.

R\$ 100,7 bilhões

é a **perda líquida** estimada de Minas com a **Lei Kandir**, considerando valores não compensados pela União de setembro de 1996 a junho de 2018*.

*Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA)



Foto: ALMG

dos governos federal e de Minas de que as privatizações e a Reforma da Previdência solucionariam a dívida dos estados. Segundo ele, os dados apresentados comprovam o equívoco de Romeu Zema. “Ao tentar privatizar, ele trocaria o protagonismo da Cemig - visto que o Estado detém 59,09 % das ações da estatal - por 17% das ações preferenciais. Essa operação renderia para Minas algo entre R\$ 3 e R\$ 4 bilhões, quantia que corresponde a apenas um mês da folha do funcionalismo em nosso Estado e a dívida continuaria”.

O economista João Prates reforçou os alertas do Sindieleto. “Não adianta falar em plano de recuperação por meio da privatização da energia e saneamento porque isso já foi feito em vários países. Lá, as empresas estão sendo reestatizadas porque se trata de monopólios naturais, e a população verificou que preços dos serviços aumentaram enquanto a qualidade do atendimento caiu”.

PARLAMENTARES EM DEFESA DE MINAS

Os deputados federais Júlio Delgado (PSB-MG), Rogério Correia e Reginaldo Lopes, ambos do PT, defenderam a revogação da Lei Kandir, devolvendo a competência tributária aos estados e municípios. Na avaliação de Rogério Correia, os crimes da mineração criaram uma conjuntura mais favorável ao debate sobre a tributação do setor.

PENSAR O ESTADO E A CEMIG

O coordenador geral do Sindieleto, Jefferson Silva, participou da audiência e questionou as afirmações



Foto: Divulgação

Jefferson Silva alerta que, mesmo com privatização, dívida de Minas continuaria.

Sindieleto amplia interlocuções estratégicas em defesa da Cemig



Foto: Divulgação

Na semana passada, o Sindieleto participou de duas agendas estratégicas para a luta em defesa da Cemig. Na sexta-feira, 24, estivemos reunidos com o deputado Estadual André Quintão (PT) para discutir sobre as propostas do governo Zema para a administração estadual, incluindo a privatização da Cemig. O parlamentar é líder do Bloco “Democracia e Luta” e da bancada de oposição na Assembleia Legislativa.

A reunião começou às 17h e foi até às 19h. Entre os pontos debatidos, a atual correlação de forças do governo dentro de Assembleia; o papel dos parlamentares e da ALMG na luta contra as privatizações; e os impactos do ajuste fiscal pretendido por Zema para a população, os trabalhadores e a economia do Estado.

Para Quintão, atualmente o Governo Zema teria dificuldade em aprovar um pacote de privatizações tão agressivo como o pretendido. O mesmo vale para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, que tem medidas extremamente danosas para o conjunto dos trabalhadores.

No entanto, o próprio parlamentar

faz a ressalva de que “existem muitas forças do mercado e do próprio governo Federal pressionando as lideranças políticas e partidárias em torno da pauta privatista”. Por isso, o movimento em defesa de Minas deve continuar buscando se fortalecer.

DEFESA DA CEMIG

Quintão já se posicionou contrário à privatização da Cemig. Ele se comprometeu a abrir espaço, através do seu mandato, para a construção de uma luta conjunta em defesa das estatais mineiras, ultrapassando os limites da Assembleia.

Através destas movimentações, importantes figuras como Aloisio Vasconcelos, ex-diretor da Cemig, e ex-presidente da Gasmig, já se declararam publicamente contra a venda da estatal mineira.

“O apoio do mandato do deputado André Quintão é importante para a construção da nossa luta, para ampliar essa rede em defesa das nossas empresas públicas e potencializar a nossa correlação de forças políticas”, avalia Jefferson Silva, coordenador Geral do Sindicato.

Encontro no Crea-MG em Itaúna

Jefferson também representou o Sindieleto no Congresso Estadual de Profissionais (Região Centro Oeste) do Conselho Regional de Engenharia de Minas Gerais (Crea-MG), realizado em Itaúna, nos dias 21 e 22 de maio.

O Sindicato, como integrante do Fórum Sindical do Crea-MG, apontar, a partir do olhar dos eletricitários e eletricitárias, quais seriam os princi-

pais desafios para o desenvolvimento nacional no setor elétrico.

Por lá, Jefferson, que é geólogo de formação, também fez uma apresentação com o tema matrizes energéticas e geopolítica internacional. Ele ressaltou o potencial das energias eólica e solar a fim de garantir o desenvolvimento regional e nacional, destacando a importância do papel da Cemig como empresa pública nesse contexto.

Pochmann: “a luta é árdua e necessária!”



Evento na Escola Sindical reuniu mais de 100 participantes no debate e na luta contra as privatizações e a destruição da Previdência no Brasil.

Na quinta-feira, 23 de maio, o economista, escritor e professor, Marcio Pochmann, esteve em Belo Horizonte para participar de dois importantes debates sobre as privatizações e a Reforma da Previdência.

Pela manhã, Pochmann, que é presidente da Fundação Perseu Abramo, professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp, debateu sobre as privatizações na Escola Sin-

dical 7 de Outubro.

O evento foi uma iniciativa da Escola em parceria com a Frente Brasil Popular, o mandato coletivo da deputada Beatriz Cerqueira e o Coletivo de Sindicalistas de Estatais contra a Privatização.

À tarde, Pochmann esteve na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), debatendo a proposta de Reforma da Previdência do governo.

Privatizações: já não existe conceito ideológico

Pochmann lembrou que a venda das estatais brasileiras se intensificou nos governos Collor e FHC, que aderiram à globalização de forma “pacífica, desarticulada e subordinada aos interesses dos EUA, o que resultou na inviabilização do setor produtivo nacional”.

Nesse cenário, observou, teve início o processo de privatizações com uma ideologia bem definida propagando que o Estado era incompetente para administrar empresas.

Na atual conjuntura, afirmou, não existe qualquer conceito ideológico. “Para o governo atual, não interessa se as empresas forem arrematadas por estatais de outros países ou pela iniciativa privada”, disse. A ordem é

vender sem qualquer justificativa.

Pochmann ressaltou que temos pela frente um luta árdua e necessária contra as privatizações e a Reforma da Previdência. Ele alertou que não podemos agir somente no impulso, que é preciso construir uma agenda com projeto de longo prazo.

Para ele, numa sociedade de classes, os miseráveis projetam o dia de amanhã; a classe operária o mês; a classe média, o ano; e os ricos planejam o longo prazo.

“Se, como classe trabalhadora, não pensarmos em décadas, não serão os ricos que irão pensar por nós, as reações por impulso não produzem efeitos práticos, precisamos construir um projeto”, finalizou.

Reforma da Previdência piora a situação trabalhista

Na audiência pública realizada na ALMG e solicitada pela deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), Pochmann advertiu que, sem a geração de empregos formais de boa qualidade, a Previdência Social não terá sustentabilidade. Ele ressaltou que o Brasil está assistindo a uma destruição do sistema previdenciário e das relações de trabalho nunca antes vista na história.

Para o professor, ao contrário do que diz o governo, a Reforma da Previdência vai piorar a economia e a proteção aos trabalhadores. Segundo ele, o governo quer deslocar

o atual regime previdenciário, hoje financiado pelo trabalhador, para a gestão de mercado, por meio do regime de capitalização.

“Numa situação de desemprego, a aposentadoria passando a depender apenas do trabalhador torna o horizonte pior do que o que já temos hoje”, advertiu. “Após a Reforma Trabalhista, a tendência é a destruição das relações de trabalho no mundo corporativo. O sistema passará a ser cada vez mais contratualista, com destaque para o trabalho autônomo e a terceirização”, acrescentou.

REPÚDIO NA BASE

Os eletricitários e eletricitárias estão revoltados com a forma como o governador Romeu Zema tem se referido à Cemig na imprensa e em eventos públicos. Ao que tudo indica, o “Novo” está em plena campanha para difamar a principal empresa pública do Estado, com o intuito de privatizá-la.

A categoria também cobra explicações sobre matéria veiculada no jornal “O Tempo”, que fala sobre privatização da Cemig através da Aneel. O Sindieletro já enviou ofício à Agência e ao Governo do Estado solicitando esclarecimentos sobre os episódios.

OS TRABALHADORES E TRABALHADORAS COBRAM RESPOSTAS, JÁ!

SINDIELETRO-MG
Filial do CUT

Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais - Rua Mucuri, nº 271- Bairro Floresta - Belo Horizonte/MG CEP: 30150-190

Departamento de Comunicação do Sindieletro-MG • **Diretores responsáveis:** Jefferson Silva e Vander Meira • **Assessor de Comunicação:** Vinicius Avelar • **Edição:** Vinicius Avelar • **Redação:** Benedito Maia, Mariângela Castro, Rosana Zica e Vinicius Avelar • **Diagramação:** Vinicius Avelar

Telefones: Sede: (31) 3238-5000 Fax: (31) 3238-5049 Regionais: Leste: (33) 3271-1200 - Mantiqueira: (32) 3333-7063 Metalúrgica: (31) 3238-5026 - Norte: (38) 3222-3600 - Oeste: (37) 3222-7611 - Triângulo: (34) 3212-5001 - Vale do Aço: (31) 3822-3003 **E-mail:** cinformacao@sindieletromg.org.br • **Impressão:** Bigráfica - 3600 exemplares